



## IV SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MATERNIDADE E CIÊNCIA - 2024

### **ESTUDANTES MÃES NA PÓS-GRADUAÇÃO: UM NÃO-LUGAR?**

Thyanne G. Calixto<sup>1</sup>, Ana Carolina A. Lima<sup>2</sup>, Jeane Félix<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte, [thyanne.calixto.016@ufrn.edu.br](mailto:thyanne.calixto.016@ufrn.edu.br)

<sup>2</sup> Universidade Federal da Paraíba, [acalima90@gmail.com](mailto:acalima90@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Federal de Alagoas, [jeanefelix@gmail.com](mailto:jeanefelix@gmail.com)

#### **Propósito**

Uma pesquisa apresentada no Observatório Acadêmico do Estudante - OAE do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - CE/UFPB divulgou que, no ano em curso, cerca de 80% das matrículas no CE são de estudantes do sexo feminino, além da presença numerosa das mulheres como docentes dos cursos ofertados, quais sejam: Licenciatura em Pedagogia, Pedagogia - Educação do Campo, Ciências das Religiões e Psicopedagogia. O último Censo Escolar de 2022, aponta que as mulheres são maioria na educação básica. No Ensino Superior, elas são 58,1% das matrículas (INEP, 2023), sendo 70% nas licenciaturas (INEP, 2023), reforçando a ideia de que a identidade docente ainda é feminina, pois está atrelada ao cuidado.

Santos, Santos e Nery (2020) reiteram os dados publicados pela OAE, apresentando que as Diretrizes para a Educação Profissional e Técnica indicam que o gênero é um dos determinantes na escolha do curso superior ou técnico. E, durante a trajetória escolar, esse fator também influencia o desempenho estudantil, uma vez que o senso comum aponta o sexo masculino com maior aptidão para as ciências exatas, afastando as mulheres dessa área (Carvalho; Rabay, 2015). Louro (2014) observa, no contexto brasileiro, o surgimento desse movimento em meados do século XIX, aliado aos discursos sobre o lugar social das mulheres, criando um imaginário social de professora como extensão do lar.



## IV SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MATERNIDADE E CIÊNCIA - 2024

É notável o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Contudo, nos espaços acadêmicos, essa presença é destacada em cursos considerados femininos (Santos; Santos; Nery, 2020). Assim, diante da presença massiva de mulheres no CE, este estudo tem como objetivo investigar como a maternidade é definida e implementada na legislação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

### **Revisão da literatura**

Durante a pandemia da COVID-19, com o ensino remoto emergencial - ERE, o Coletivo de Mães da Universidade Federal do Rio Grande do Sul divulgou uma Carta Aberta à comunidade acadêmica expondo a organização e funcionamento da universidade e as investidas cotidianas de exclusão das mulheres-mães. Em relação à pós-graduação, há a necessidade de uma regulamentação detalhada de questões como licença maternidade, prorrogação de prazos e bolsas, afastamento de discentes não bolsistas e combate ao assédio moral em processos seletivos e entrevistas.

Urpia e Sampaio (2011), Ribeiro (2016) e Bittencourt (2017) apontam a ausência de diálogos e debates sobre maternidade na universidade, além da necessidade de auxílios, flexibilizações e assistência a estudantes, além da criação de espaços adequados para crianças, pois, como ressalta Bittencourt (2017), “pouco se discute sobre a necessidade de creches dentro do campus universitário para servidoras/es e alunas/os que têm filhos pequenos” (p. 6).

Para este estudo, realizou-se um levantamento de pesquisas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES - Plataforma Sucupira, com o recorte dos últimos dez anos. Após a revisão, identificou-se três trabalhos sobre políticas afirmativas para mulheres-mães na pós-graduação, são elas: “Mães negras na Pós-Graduação: uma abordagem interseccional” de Juliana Marcia Santos Silva (UFBA, 2020); “Mulheres na ciência: Uma avaliação das políticas públicas de apoio à maternidade implementadas no âmbito da Pós-Graduação da Universidade Federal Do Ceará (UFC)”, de Mirian Narjara Pires Rocha (UFC, 2022); e “A gente ainda sofre o peso de



## IV SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MATERNIDADE E CIÊNCIA - 2024

ser mãe”: Narrativas de discentes-mães na Pós-Graduação” de Ana Carolina S. A. Melou (UFPA, 2022).

### **Procedimentos metodológicos**

O estudo tem o caráter bibliográfico e documental, separado em duas etapas: a primeira foi uma de revisão bibliográfica na plataforma da CAPES com as seguintes palavras-chave “maternidade”, “universidade”, “pós-graduação” e “política”, no recorte temporal de 2012 a 2023. Esse caminho é necessário para compreender como as produções acadêmicas estão abordando o tema, quais as lacunas existentes e como organizar um diálogo com o que já foi debatido (Ferreira, 2002). Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é feita a partir de materiais já desenvolvidos e publicados, apresentando um vasto banco de dados disponível, facilitando análises futuras.

A segunda etapa foi uma revisão documental da legislação do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFPB: a Portaria nº 02/2021, que regulamentou as atividades durante a pandemia da COVID-19; e as Resoluções: nº 04/2022, referente ao Regulamento e à Estrutura Acadêmica do Programa e nº 02/2023, sobre os critérios para credenciamento, recredenciamento e descredenciamento docente; nº 01/2023, pertinente aos pedidos de prorrogação de prazo de defesa. A pesquisa documental, de acordo com Gil (2002), torna possível obter os dados de maneira indireta, para isso, “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (p. 45).

### **Resultados**

Na contramão do que vem sendo debatido, os documentos oficiais da UFPB não mencionam políticas que assegurem acesso e permanência de mulheres-mães no PPGE. Somente as Resoluções nº 04/22 e a nº 01/23 citam o termo maternidade no documento. Na primeira Resolução, somente em casos de licença maternidade é permitido o trancamento da matrícula do período letivo e é assegurado às estudantes bolsistas licença maternidade, de acordo com os órgãos concedentes das bolsas. A segunda Resolução permite a prorrogação



## IV SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MATERNIDADE E CIÊNCIA - 2024

da defesa nos casos supracitados.

Esse documento não cita outros casos, como a necessidade de flexibilização da carga horária para essas estudantes e a garantia de acesso das(os) filhas(os) dessas mulheres à brinquedoteca ou à escola básica dentro do *campus* da UFPB.

A Portaria que regulamentou as atividades durante a pandemia não menciona a palavra “maternidade”. Como já explicitado, durante a pandemia, muitas mulheres-mães se viram sobrecarregadas, pois as barreiras que existiam antes - trabalho e casa foram borradas devido às extensas jornadas de trabalho com a necessidade do isolamento social. O documento indica que todas as atividades devem ocorrer na modalidade a distância ou ERE. Melou (2022) diz que a pandemia trouxe diversos desafios, entre eles, o de compreender as novas formas de ensinar no ERE. Às mulheres-mães-professoras coube, também, auxiliar as(os) filhas(os) na transição das aulas presenciais para as virtuais, além de conciliar vida doméstica e profissional.

Na Resolução nº 02/23, a maternidade não é mencionada, o que é preocupante, sob o véu da suposta “neutralidade”, acaba-se dificultando o re/des/credenciamento das mulheres-mães que, pelos diferentes obstáculos que enfrentam, muitas vezes não conseguem se adequar às regras estabelecidas. As pesquisas encontradas na revisão bibliográfica (Silva, 2020; Rocha, 2022; Melou, 2022) sinalizam para a necessidade de aperfeiçoamento das políticas institucionais visando as necessidades específicas das mães. Rocha (2022) apresentou uma proposta de indicadores de políticas de assistência nas esferas: econômica, social e institucional, enquanto Silva (2020) e Melou (2022) inserem a raça como um elemento fundamental para/na constituição de políticas nos programas de pós-graduação.

### **Implicações da pesquisa**

Cartas, panfletos, artigos, pesquisas e vozes ecoam: as mulheres-mães estão reivindicando mudanças na estrutura das universidades. É urgente criar políticas públicas que garantam às mulheres condições adequadas de estudo e trabalho. No contexto do PPGE/CE/UFPB, a maternidade é mencionada apenas em casos de licença maternidade e



#### IV SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MATERNIDADE E CIÊNCIA - 2024

prorrogação de defesa, o que reforça a urgência de incorporar a maternidade na legislação interna do Programa, indicando direitos sobre período de gestação, lactação e retomada dos estudos, flexibilização nos horários, nos prazos, na prorrogação das bolsas e ampliação no atendimento da Brinquedoteca e/ou espaços adequados para acolher as crianças.

Sendo a Universidade um espaço de produção de conhecimento que tem as mulheres como público importante, é importante que a UFPB seja um lugar de acolhimento para que as estudantes-mães consigam desenvolver suas carreiras acadêmicas com equidade.

#### REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Silvana Maria. Maternidade e universidade: desafios para a construção da igualdade de gênero. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 41, Anais. Caxambu: Ed. ANPOCS, 2017.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, UFSC, impresso, v. 23, p. 119–136, 2015.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação e Sociedade**. v. 23, n. 79, 2002. p. 257-272.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. ed. 16. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

RIBEIRO, Flavia Gripp. Mães estudantes: desafios da maternidade e da permanência na Universidade enfrentados pelas alunas do Curso de Serviço Social da UnB. 2016. 63 f., il. **Trabalho de conclusão de curso** (Bacharelado em Serviço Social)—Universidade de



IV SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE  
MATERNIDADE E CIÊNCIA - 2024

Brasília, Brasília, 2016.

SANTOS, Elza Ferreira; SANTOS, Ieda Fraga; NERY, Marco Arlindo Amorim Melo.

Relações de gênero e educação profissional: a presença das mulheres. **Educação: Teoria e Prática**, v. 30, n. 63, 2020.

URPIA, A. M. O; SAMPAIO, S. M. R. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta.

In: SAMPAIO, SMR., org. **Observatório da vida estudantil**: primeiros estudos. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 145-168. ISBN 978-85-232-1211-7.